

Poucos ficam na prisão

Todos os dias, dezenas de corretores de imóveis anunciam lotes em terras públicas, em condomínios espalhados por todo o Distrito Federal. A impressão que se tem é de que a Justiça simplesmente ignora estas pessoas, já que tão poucos grileiros acabam atrás das grades. Mas o delegado Yury Fernandes, da Delegacia do Meio Ambiente, explica que não é tão fácil prender um grileiro. "A quantidade de recursos que eles utilizam para dificultar a investigação é enorme", diz.

Segundo Fernandes, lotear terras não é um crime, desde que seja feito com autorização de três órgãos públicos: o Incra, o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) — que tem de aprovar os estudos de impacto ambiental e a localização do loteamento — e a Administração Regional da área onde se encontram as terras, no caso de condomínios urbanos. Além disso, o loteamento tem de estar inscrito no cartório de imóveis da área onde se encontra. "O problema é que os grileiros simplesmente cercam os lotes e vendem, ignorando todos estes requisitos", revela.

O risco para quem compra é enorme. Geralmente, os grileiros vendem o mesmo lote a várias pessoas. Quem compra não consegue provar que é dono, porque os contratos de compra e venda não têm valor judicial. E a possibilidade de regularização é quase nula, principalmente porque estes condomínios costumam localizar-se em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Da noite para o dia, o comprador se arrisca a perder lote, casa e dinheiro.

Yury explica que a primeira grande dificuldade para prender os grileiros é identificá-los. "Os nomes que aparecem nos anúncios classificados geralmente são de intermediários, que encaminham o comprador a um laranja que se identifica como "dono" do loteamento, ou a um corretor de imóveis que negocia a compra do terreno", diz o delegado. Assim, as investigações ficam difíceis. **(V.F.)**